

INTEGRAÇÃO DE DISCIPLINAS NO CURSO ODONTOLÓGICO

Dioracy Fonterrada Vieira

Prof. Adjunto de Materiais Dentários da F.O./U.S.P.

A conceituação de integração do ensino, ou de ensino integrado, constitui o problema primeiro com que nos deparamos ao tomar contato com o tema.

O que é integração? O que é integrar?

Integração é a «ação e efeito de integrar» (Caldas Aulete) e integrar, por sua vez, é «inteirar, completar» (Caldas Aulete). Melhor, talvez, o conceito de que integração é o «ajustamento recíproco dos elementos constitutivos de uma dada cultura, de modo a formar um todo equilibrado» (Novo Dicionário Brasileiro, Melhoramentos, 2ª ed., 1964, vol. II).

Entretanto, o que seria necessário ajustar, reciprocamente, no curso odontológico? As diferentes disciplinas, entre si, independentemente de afinidade maior entre umas e outras? Ou integrar as disciplinas mais afins em grupos ou departamentos, sob o aspecto didático, científico e administrativo? Ou seria distribuir uma especialidade determinada em perfodos não convencionais, como no rígido sistema brasileiro, mas distri-

buidos por dois ou mais anos de um curso? Ou essa integração refere-se apenas ao «ajustamento recíproco» dos vários aspectos de uma disciplina isoladamente considerada.

Vê-se assim, que é múltiplo o aspecto sob o qual a integração poderá ser considerada. Talvez derive disto a realidade de que todos falam muito em ensino integrado, todos o elogiam, muitos o louvam e com êle aspiram, embora poucos sejam aqueles que o conceituam, que o delimitam bem; raros os que conhecem suas vantagens e limitações, e o situam no terreno das coisas práticas e praticáveis.

Acreditamos que o conceito já assinalado, de que integração é o «ajustamento recíproco dos elementos constitutivos de uma dada cultura, de modo a formar um todo equilibrado», aplica-se à organização dos elementos constantes de uma disciplina; ou à organização das diversas disciplinas de uma cadeira, ou das várias cadeiras de um departamento, ou dos diversos departamentos de uma escola.

Pensando assim, a integração numa cadeia de materiais odontológicos seria o «ajustamento recíproco dos vários materiais afins, ou da mesma finalidade, de modo a formar um todo uniforme», seria a integração de gessos, godivas, cêras, hidrocolóides e elastômeros, para constituir os materiais de moldagem; seria reunir cêras, revestimentos, ligas de ouro e processos de fundições num todo harmônico; seria juntar, num capítulo introdutório, o amálgama complexo das matérias que servem de subsídios ao nosso estudo: propriedades, estudo geral dos metais, dos plásticos, da cerâmica, dos refratários, dos abrasivos, etc.; seria, enfim, subdividir em dois grupos genéricos os materiais odontológicos, ou seja: em metálicos e não metálicos.

Evidentemente que toda a integração excessivamente hermética, estanque, é passível de críticas; assim a relação entre materiais de moldagem e materiais para dentaduras é evidente, donde resulta que o estudo de uma deverá ser relacionado com a dos outros, e isto também é integração.

É esta relação entre materiais de moldagem e materiais para dentaduras, aplicada não mais a estes, mas sim a disciplinas diversas do curso odontológico é que constitui para muitos a integração do ensino.

E, interpretada sob este aspecto é que a integração é ponto de discórdia, é tema de polémica. Para aqueles que interpretam integração do ensino como por exemplo, o «ajustamento recíproco de dentística (ope-

ratória e restauradora), prótese e materiais, para formar um todo harmônico», estas matérias deveriam uniformizar seus programas, suas técnicas, suas manobras, o meio de proporcionar os materiais empregados, a técnica do emprego destes e, até, o uso de materiais de mesma procedência. E aqui começam a surgir as primeiras incompreensões: professores que não querem seguir ou aceitar os preceitos advogados por especialistas em outras matérias; especialistas ortodoxos que, intransigentes, esperam se apliquem em qualquer circunstância o rigor do trabalho de pesquisa; técnicos que não admitem outros métodos que não aqueles que adotam e denominam, esquecendo-se da tolerância cultural que o intelectual deve possuir; outros que interpretam qualquer exemplo de aplicação técnica como invasão de seara sua e privativa. Aí nascem os problemas, aí crescem os obstáculos, aí esbarra, tropeça e interrompe-se a integração.

A integração exige que se trate, em uma especialidade, de aspectos que lhe interessam em outra matéria, e isto exige a compreensão de que não há disciplinas estanques; as disciplinas afins interpenetram-se, em uma zona semelhante à de limite granular diríamos, quase amorfo, comum, indistinta; existe como terra de ninguém, ou melhor, propriedade de todos. A integração requer tolerância na aplicação dos conhecimentos científicos: tolerância que permite o uso de uma balança de Crandall, em vez de uma balança ana-

lítica; de um bico de Bunsen para plastificar cêra, ao em vez de uma estufa sofisticada; de um proporcionalizador em volume, para medir o gêsso para um modelo de estudo, ao mesmo tempo que se exige uma balança para pesar revestimento para fundições. A integração exige o uso de técnicas comuns onde os materiais são manipulados de modo semelhante; exige mesmo o uso de materiais de mesma procedência para facilitar a uniformização das manobras.

A integração requer, inclusive, que as cadeiras não sejam mantidas estancadas em um único ano do curso, mas que se distribuam por períodos menores que o ano letivo clássico que o sistema brasileiro estabelece, para que sejam dadas no momento adequado; é o caso, por exemplo, de lecionar materiais para restaurações unitárias imediatamente antes do ensino de cavidades e de técnica de restaurações em dentística; para ministrar materiais para moldagens, para modelos, para dentaduras e para dentes, pouco antes da prótese de dentaduras completas; é ensinar fundições e soldagens quando as disciplinas de próteses fixa e removível assim o exigirem; é ministrar noções sobre trabalho mecânico, aços e soldagem em ortodontia, quando esta delas necessitar.

A integração aplicada a outras matérias que não os materiais odontológicos exige, por exemplo, que a estatística seja ministrada no primeiro ano, para servir de subsídio e facilitar a interpretação dos dados qualitativos e quantitativos, que servem

de base a muitas das cadeiras do curso odontológico. A integração requer que o aluno tenha noções de aprendizado e de pesquisa bibliográfica, que lhe permitam o uso da biblioteca e o estudo racional.

Enfim, a integração interpretada em seu sentido mais amplo seria, por assim dizer, quase utópica e esbarraria em obstáculos inúmeros, dos quais a intolerância e a vaidade humana não são os menores.

Entretanto, a integração parece ser a solução para a falta de ajuste, de entrosamento, de unidade de doutrina, de identidade de ação, nas nossas escolas e na atualidade. As tentativas já feitas não são novas; elas existem nas Universidades de Indiana, Michigan, de Oregon para a cadeira de materiais; ela existe no Brasil, atualmente, aplicada como filosofia de ensino integrado no Plano Pilôto, ora em aplicação em Diamantina. Ela foi aplicada quando as escolas de medicina acabaram com as diversas clínicas cirúrgicas, que foram unidas num único departamento de clínica cirúrgica; as diferentes cadeiras de clínica médica, medicina tropical, doenças infecto-contagiosas, etc., num único departamento de clínica, ou seja um departamento em que as várias matérias apresentam unidade de doutrina.

A integração está presente na constituição dos institutos de morfologia, ou de física, ou de matemática, onde as matérias afins procuram conjugar seus esforços em benefício comum. E os resultados obtidos, nos Estados Unidos há muito, e entre nós recentemente, permitem

acreditar na vantagem de tal orientação.

Que a integração, com os seus vários e múltiplos sentidos, está na ordem do dia, prova-o o fato da Lei de Diretrizes e Bases ter proposto o agrupamento de cadeiras afins em departamentos, para a estruturação, integração 'didática e científica dos mesmos. Prova-o o fato de estarmos discutindo o tema nesta sessão. E para que esta sessão seja bem sucedida, pelo menos no que respeita à integração do ensino, é mister que este grupo estabeleça, agora ou em futuro próximo, recomendações para a localização do curso de materiais no currículo odontológico, para a sua distribuição por tantos anos e períodos de duração limitada, quanto fôr necessário para sua integração com prótese, dentística, ortodontia, etc. É necessário que se estabeleça um programa mínimo, um número de horas-aluno necessário e suficiente, e se possível uma orientação de ensino, voltada para a integração com as cadeiras afins, concorde com a realidade e característica do estudante brasileiro; consoante com a atualidade; não divorciada da prática, sem entretanto cuidar só de técnicas; preocupando-se, fundamentalmente, com as propriedades dos materiais odontológicos, sem esquecer-se que estas encontram sua expressão maior quando uma técnica lança mão de suas vantagens; ao mesmo tempo que contorna suas limitações. Esta seria já

uma prova do nosso interesse em organizarmos melhor e em integrar o ensino de materiais odontológicos no Brasil, dando-lhe uma expressão brasileira.

Resumindo, diríamos que a integração consistiria em:

1) Agrupar os diferentes assuntos da especialidade Materiais Odontológicos, em unidades afins, por exemplo: Introdução ao estudo dos Materiais Odontológicos; os materiais de moldagem, os materiais para modelos, os materiais para restaurações.

2) Orientar o ensino prático e teórico de modo a torná-lo eminentemente objetivo, e voltado para a prática, ao mesmo tempo que salientando o aspecto das propriedades dos materiais odontológicos. Disciplinar e padronizar a nomenclatura que devemos empregar.

3) Promover o ajuste da orientação filosófica e técnica, com compreensão e sem intransigência das diferentes disciplinas afins do curso odontológico.

4) Lecionar uma disciplina quando ela fôr necessária, no tempo e no espaço, ao em vez de restringi-la rigidamente a um ano letivo.

5) Em ter a tolerância dos que querem trabalhar em conjunto, cooperando para ter cooperação; e a humildade do intelectual que, ciente de seu saber e de suas limitações, submete-se a um regime que, embora não considere o seu ideal, constitua o sistema que mais convém ao interesse comum.